



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adesão do município de Piúma ao Termo de Cooperação Técnica n. 146/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo e o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, para os fins a que se destina (Processo CNJ SEI 06977/2021).

O MUNICÍPIO DE PIÚMA, com sede na Avenida Felicino Lopes, nº 238, Bairro Acaiaca, Piúma/ES, CEP 29.285-000, inscrita no CNPJ nº 27.165.695/0001-18, neste ato representado pelo Prefeito, PAULO CELSO COLA PEREIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.516.777-70, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao Termo de Cooperação Técnica n. 146/2021, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, a **Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo** e o **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**, para o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, em especial a Resolução CNJ Nº 307, de 17 de dezembro de 2019, em consonância com os parâmetros fomentados pelo Conselho Nacional de Justiça, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, o Prefeito do município de Piúma, Sr. PAULO CELSO COLA PEREIRA, assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Piúma, 12 de maio de 2023.

PAULO CELSO COLA PEREIRA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES